Tribunal da Relação do Porto
Processo nº 15227/23.9T8PRT.P1

Relator: JOSÉ EUSÉBIO ALMEIDA
Sessão: 10 Março 2025
Número: RP2025031015227/23.9T8PRT.P1
Votação: UNANIMIDADE
Meio Processual: APELAÇÃO
Decisão: CONFIRMAÇÃO

DANO DA PRIVAÇÃO DO USO DO VEÍCULO

PERTURBAÇÃO DO NORMAL GOZO

Sumário

I - Segundo o entendimento que temos por mais alargado, quer na doutrina quer na jurisprudência, deve admitir-se que a simples perturbação do normal gozo de um determinado bem constitui um dano autónomo, independentemente da concreta demonstração do prejuízo ou lucro cessante.

II - Se é certo que os acordos de paralisação não têm de ser diretamente transponíveis para a convicção judicial, ou seja, não estando o tribunal vinculado aos valores protocolados, se o acordo é invocado pelo demandante e pretende que a indemnização seja fixada por referência ao mesmo, há de sê-lo na sua globalidade e nos seus limites temporais.

(Sumário da responsabilidade do relator)

Texto Integral

Processo n.º 15227/23.9T8PRT.P1

Relator - José Eusébio Almeida

Adjuntos - Teresa Sena Fonseca e José Nuno Duarte

Acordam na 3.º Secção Cível (5.ª Secção) do Tribunal da Relação do Porto:

I - Relatório

A..., Crl demandou B... - Companhia de Seguros, SA e pediu a condenação da ré no pagamento da quantia global de 20.883,96€, a título de indemnização pela privação do uso do veículo e pelos custos suportados com as alterações necessárias, realizadas no novo veículo adquirido para o tornar apto ao desempenho da função a que se destina, acrescida dos juros vincendos.

Fundamentou a sua pretensão na ocorrência de um acidente de viação e nos danos daí decorrentes. Concretamente, quanto a estes (e com relevo à apreciação do recurso) a autora veio sustentar:

- Após a vistoria aos prejuízos, ao abrigo do protocolo IDS (indemnização direta ao segurado) considerou a seguradora da autora (C...) desaconselhável proceder-se à reparação do veículo. A autora aceitou a indemnização por perda total do veículo, cujo pagamento foi realizado no dia 08/08/22 - - Cfr. Doc. 1
- Acontece que a autora teve o prejuízo resultante da privação do uso, danos esses igualmente indemnizáveis, cujo pagamento, não obstante o protocolo IDS e em caso de desacordo, é da responsabilidade da seguradora do veículo causador do acidente, ao abrigo do seguro da responsabilidade civil.
- Após o acidente o veículo ficou paralisado desde o dia 13/01/22, data do acidente, recebendo a Autora a indemnização no dia 08/08/22. Assim, a autora tem direito a ser indemnizada, a título de privação do de uso do seu veículo profissional de transporte de passageiros, durante o período de impossibilidade de circulação correspondente a 205 dias, que se traduz numa diminuição patrimonial que cumpre reparar/indemnizar.
- O veículo estava afeto ao serviço de táxi em dois turnos (diurno e noturno).
- A autora é associada da Federação Portuguesa do Táxi - Cfr. doc. 2
- O valor diário de imobilização para uma viatura com serviço de táxi, em dois turnos com a tipologia da sinistrada, de acordo com as regras estabelecidas no acordo celebrado entre a FPT (Federação Portuguesa de Táxi) e a APS (Associação Portuguesa de Seguradoras) foi fixada, no período compreendido entre 01 de março de 2021 e 28 de fevereiro de 2022, em 96,28€/dia, de 1 de março de 2022 a 25 de maio de 2022, em 97,40€/dia e de 25 de maio de 2022 a fevereiro de 2023 em 100,10€/dia - Doc. 3 e 4.
- Reclama, assim, título da privação do uso, tendo por referência esse acordo (seguido pelos tribunais na fixação da indemnização) a quantia global de

20.115,28€, assim discriminados: - 13/01/22 a 28/02/22 (46 dias) - valor/dia 96,28€ - 4.428,88€ - 01/03/22 a 25/05/22 (85 dias) - valor/dia 97,40€ - 8.279,00€ - 26/05/22 a 08/08/22 (74 dias) - valor/dia 100,10€ - 7.407,40€.

- Valor esse que, in casu, deverá tomar-se em consideração em sede de fixação da indemnização pela simples privação do dano. Deverá, assim, fixar-se a atribuição de uma indemnização respeitante ao período contabilizado pela privação do uso (205 dias), que se cifra em 20.115,28€.

- Além do dano de privação de uso, teve outros danos patrimoniais decorrentes do acidente: viu-se forçada a adquirir um novo veículo para transporte de passageiros, que teve necessidade de alterar e adaptar, despendendo a quantia global de 768,68€ - Docs. 6, 7,8,9,10 e 11.

A ré, regularmente citada, contestou, aceitando a sua responsabilidade civil pelo acidente de viação, mas não aceitando o valor indemnizatório petitionado.

Foi dispensada a realização da audiência prévia, fixado o objeto do processo e enumerados os temas da prova. Realizada a audiência de discussão e julgamento, proferiu-se a seguinte sentença: *“Nestes termos, julgo a presente ação parcialmente procedente, por provada e, em consequência: - condeno a ré a pagar à autora a quantia global de 6.561,13 euros (seis mil quinhentos e sessenta e um euros e treze cêntimos), acrescida dos juros de mora vencidos e vincendos, contados desde a data da sua citação, às sucessivas taxas legais em vigor, situando-se atualmente em 4%, até integral pagamento, - no mais, vai a ré absolvida do pedido”*.

II - Do recurso

Inconformada, a autora veio apelar. Pretende que seja “revogada a decisão recorrida, e substituída por outra que condene a Ré/Recorrida, a pagar à Autora, a título de privação do uso, a quantia de €20.115,28, tendo por referência os valores diários identificados no ponto 11 dos factos provados, desde a data do acidente até efetivo e integral pagamento, num total de 205 dias, acrescido dos respetivos juros, vencidos e vincendos, até integral pagamento”. Para tanto, **conclui**:

1 - Pediu a condenação da ré no pagamento da quantia de 20.115,28€, a título de indemnização pela privação do uso, desde a data do acidente (13.01.22), até à do pagamento da indemnização pela perda total (08.08.22), no total de 205 dias.

2 - O sinistro foi tramitado ao abrigo da IDS - Indemnização Direta ao Segurado, sendo que o veículo ficou paralisado desde o dia 13.01.22 e o pagamento da indemnização pela perda total foi realizada no dia 08/08/22 - (pontos 7 e 8 dos factos provados).

3 - Resulta dos factos provados que o veículo da recorrente ficou imobilizado após a data do sinistro; a existência denexo causal entre a conduta ilícita do condutor e a referida imobilização e mais se provando que o veículo era utilizado no exercício da atividade comercial de transporte de passageiros, vulgo Táxi.

4 - Nesse sentido atribuiu-se ao condutor do veículo segurado na ré a culpa pela ocorrência do sinistro, e conseqüentemente, a responsabilidade daquela pela reparação dos danos causados.

5 - Ora, em caso de perda total, é devida a indemnização por privação do uso do veículo até ao momento em que seja satisfeita ao lesado a indemnização correspondente.

6 - A doutrina e a jurisprudência são claras quanto a esta matéria: - No caso de perda total, operando-se uma indemnização ou restituição equivalente, traduzida na entrega de uma quantia em dinheiro, a privação do uso subsiste até ao momento em que ao lesado seja satisfeita a indemnização correspondente (Acórdãos do STJ, de 21/05/2005 - processo 03B2246, e de 15/11/2011 - processo 6472/06.2TBSTB-E1, ambos em dgsi).

7 - Na realidade, a privação mantém-se enquanto o responsável não reparar o veículo, quando for caso disso, ou não indemnizar o lesado, pelo respetivo valor, pois só com a reparação ou com a indemnização cessará o dano e, por isso, só nessa altura pode deixar de falar-se em privação do uso.

8 - O veículo sinistrado era utilizado pela recorrente como instrumento de trabalho no exercício de atividade lucrativa de transporte de passageiros de "TÁXI", pelo que que a privação do uso constitui um dano emergente indemnizável.

9 - Essa é a posição maioritária da doutrina e jurisprudência, pacificamente aceite, que reconhece a ressarcibilidade do dano pela simples privação do uso, sem necessidade de se provar a ocorrência de prejuízos decorrentes da privação, já que a imobilização de um veículo constitui um dano emergente - in casu a impossibilidade de prestação de serviços de transporte de táxi a

terceiros dispendo a autora livremente do mesmo, retirando as suas utilidades (artigo 1305 do CC).

10 - A privação de utilização do veículo acarreta, *per si*, lesão do património, sendo a medida do dano definida, pelo valor que tem no comércio a utilização desse veículo durante o período em que o dono está dele privado (a perda da possibilidade de utilização do veículo quando e como lhe aprouver tem, claramente, valor económico, e não apenas quando outro veículo é alugado para substituir o danificado).

11 - Falece, assim o entendimento preconizado na decisão recorrida, de que a privação do uso não constitui, *per si*, uma dano indemnizável, não tendo logrado a recorrida provar os prejuízos sofridos em consequência da paralisação, afastando-se a indemnização devida (página 10 da sentença).

12 - Argumentação aduzida na decisão, diga-se, contraditória, porquanto acaba de considerar devida a indemnização sem necessidade de se recorrer a critérios de equidade, aplicando-se os valores e o prazo previsto no acordo celebrado entre a FPT e a APS.

13 - Tem sido esse o entendimento da doutrina e dos nossos tribunais superiores (cujos sumários constam do corpo da alegação), destacando-se igualmente Menezes Leitão, in, Direito das Obrigações, Volume I, página 317, Cadernos de Direito Privado, anotação de Júlio Gomes, n.º 3. “ Quando a privação do uso recaia sobre um veículo automóvel danificado num acidente de viação, bastará que resulte dos autos que o seu proprietário o usaria normalmente - constituindo um facto notório ou resultando de presunções naturais a retirar da factualidade provada - para que se possa exigir do lesante uma indemnização a esse título, sem necessidade de provar direta e concretamente prejuízos efetivos.”

14 - Com efeito, destinando-se o veículo da recorrente ao transporte de passageiros, certo é que o facto de deixar de circular acarretou prejuízos decorrentes dos serviços que deixou de prestar a clientes, tal resulta da matéria de facto dada como provada nos pontos 1.º, 8.º e 9.º.

15 - Esta ressarcibilidade autónoma do dano de privação de uso de veículo tem vindo a ser o entendimento da maioria dos acórdãos do STJ, como se colhe, a título de exemplo, dos seguintes: acórdão de 03.05.2011 (processo 2618/08.06TBOVR.P1, Relator NUNO CAMEIRA), de 21.04.2010 (processo 17/07.4TBCBR.C1.S1, Relator GARCIA CALEJO), de 05.07.2007 (processo 07B1849, Relator SANTOS BERNARDINO), de 08.05.2013 (processo

3036/04.9TBVLG.P1.S1, Relator MARIA DOS PRAZERES PIZARRO BELEZA), de 23.11.2011 (Processo 397-B/1998.L1.S1, Relator ALVES VELHO), de 15.11.2011 (processo 6472/06.2TBSTB.E1.S1) e de 16.03.2011 (processo 3922/07.2TBVCT.G1.S1), ambos do Relator MOREIRA ALVES); acórdão 28/09/2021 (processo 6250/18.6T8GMR.G1.S1, Relator OLIVEIRA ABREU), de 17/06/2021 (processo 879/17.7T8EVR.E1.S1, Relator: JOÃO CURA MARIANO) e de 25/10/2018 (processo 49/16.1T8FND.C1.S1, Relator: FÁTIMA GOMES).

16 - Sucede que o tribunal fixou a indemnização pela privação do uso apenas pelo período de 60 dias, no valor 6.561,13€ euros, acrescida dos juros de mora vencidos e vincendos, contados desde a data da sua citação, às sucessivas taxas legais em vigor, situando-se atualmente em 4%, até integral pagamento,

17 - Considerando os valores diários de referência peticionados pela recorrente para uma viatura com serviço de táxi, em dois turnos com a tipologia do veículo sinistrado, fixada, no período compreendido entre 1/3/21 e 28/2/22, em 96,28 euros/dia, de 1/3/22 a 25/5/22, em 97,40 euros/dia e de 25/5/22 a 2/2/23 em 100,10 euros/dia, de acordo com as regras estabelecidas no acordo celebrado entre a FPT (Federação Portuguesa de Táxi) e a APS (Associação Portuguesa de Seguradoras).

18 - O tribunal sustentou a sua decisão de indemnizar a recorrente pelo período de 60 dias com base no artigo 3.º, n.º 9 do acordo de paralisação celebrado entre a Federação Portuguesa de Táxi e a Associação Portuguesa de Seguradores.

19 - O facto de a recorrente ser associada da Federação Portuguesa de Táxi, não significa que esteja vinculada ao acordo de paralisação celebrado entre a Federação Portuguesa de Táxi e a Associação Portuguesa de Seguradores.

20 - Na realidade, tal acordo não tem carácter vinculativo, podendo os associados, na verdade, optar pela sua aplicação, recebendo a indemnização limitada ao período de paralisação aí fixado, aceitando os termos, prazos e condições fixadas no acordo ou, ao invés, recorrer à via judicial reclamando o pagamento de uma indemnização correspondente ao período real e efetivo da paralisação, nos termos estatuídos na lei substantiva e nas decisões pacíficas dos Tribunais Superiores.

21 - A não obrigatoriedade de não aceitação do acordo no caso de indemnização por paralisação do veículo decorre dos artigos 4.º, n.º 2, que dispõe que “O pedido relativo à paralisação deverá ser efetuado pela FPT à empresa de Seguros” e do artigo 5.º, n.º 1 que refere que “No caso de

qualquer associado da FPT não aceitar as condições exaradas neste acordo, esta obriga-se a não patrocinar tal pretensão através dos seus serviços de contencioso”.

22 - Ora, *in casu*, a recorrente não solicitou à Federação Portuguesa de Táxi a sua mediação/intervenção para solicitar a indemnização pela paralisação do veículo pela perda total, sendo representada, por vontade própria, por mandatário legalmente constituído, concluindo-se pela sua intenção de não pretender ser ressarcida com base no acordo celebrado entre a FPT e a APS.

23 - Ademais, como é lógico, se estivesse vinculada ao referido acordo, não faria sentido a recorrente estar a instaurar ação declarativa.

24 - O tribunal faz uma análise superficial e redutora dos factos, vinculando a recorrente a um acordo que, *in casu*, não aderiu, nem resulta dos autos factos que assim o demonstrem.

25 - Acresce que, para além de considerar, erradamente, não haver necessidade de recorrer às regras de equidade, por se aplicar (taxativamente) os valores e o prazo previsto no Acordo, refere que não seria necessário sequer discutir a inércia da recorrente no acompanhamento do processo junto da sua seguradora e a responsabilidade da ré no atraso na liquidação da indemnização (onde alegadamente não teve qualquer envolvimento no processo de averiguação de danos e nos atrasos dele decorrentes).

26 - Não assiste razão ao julgador ao considerar que uma vez que o processo foi tramitado ao abrigo do IDS, caberia à autora acompanhar o processo, pelo que nenhuma responsabilidade poderia ser imputada à ré pelo atraso na liquidação da indemnização.

27 - Com efeito, a Convenção IDS é instrumento que apenas envolve as seguradoras que a subscreveram, funcionando assim como uma autêntica *res inter alios acta* relativamente aos sinistrados.

28 - Visa tal convenção operacionalizar em primeira linha os interesses das seguradoras, surgindo a seguradora do lesado como uma mera facilitadora ou intermediária no processo indemnizatório de que são partes únicas e verdadeiras o lesado e a seguradora do veículo mediante o qual se provaram os danos.

29 - Pelo que as consequências jurídicas do sinistro se repercutem sempre e apenas na pessoa da seguradora dita devedora, aqui ré.

30 - Assim, ao contrário do entendimento vertido na decisão recorrida, jamais poderia a ré escusar-se a reparar o dano causado pela privação do uso do veículo, com fundamento em razões atinentes à execução inter-partes (inter-seguradoras).

31 - Esta matéria tem vindo a ser discutida e decidida pelos tribunais superiores, sendo todos as decisões unânimes em referir que as implicações danosas emergentes do sinistro correm naturalmente por conta do obrigado à reparação do dano, independentemente de a regularização do sinistro ter sido tramitada ao abrigo do Protocolo IDS, (Vide Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, de 4.02.21 - processo n.º 112 80/17.2T8LRS.L1.S1, in *dgsi*).

32 - Face ao exposto, deverá ser alterada a decisão, na parte em que fixou o valor da indemnização pela privação do uso do veículo em 5.792,48€, condenando-se a ré a pagar à recorrente, a título de indemnização pela privação de uso do veículo de que é proprietária, a quantia peticionada - contabilizados desde a data do acidente até ao dia em que foi paga a indemnização, acrescida de juros de mora à taxa legal, até efetivo e integral pagamento.

33 - O dever de a ré indemnizar a autora resulta do princípio da boa-fé, tal como plasmado no artigo 762 n.º 1 do Código Civil, representando uma transferência, para o campo contratual, do princípio *neminem laedere*.

34 - Violou o tribunal o disposto nos artigos 562 a 564 e 566, 762 n.º 1 e 1305, todos do Código Civil.

A ré respondeu ao recurso, sustentando a sua improcedência. Em síntese - e citamos - defende: “A autora poderia perfeitamente tentar fazer a prova, em sede de lucros cessantes, do valor que perdeu pela não utilização da viatura, até ser ressarcida. Porém, optou por invocar, pura e simplesmente, sem alegar qualquer prejuízo efetivo, a tabela anexa ao acordo de paralisação entre a Federação Portuguesa do Táxi e a Associação Portuguesa de Seguradores. Não deixa de ser um critério aceitável. Tem, no entanto, que ser aplicado de acordo com a filosofia subjacente ao programa contratual do protocolo que criou e fez nascer essa tabela. Foi o que a sentença fez”.

O recurso foi recebido nos termos legais. Os autos correram *Vistos* e nada se observa que obste à apreciação do seu objeto, o qual se reconduz a saber, atentas as conclusões da apelante, se a indemnização relativa à privação do

uso devia ter sido fixada em montante diverso, e superior, concretamente no montante liquidado e pretendido pela apelante.

III - Fundamentação

III.I - Fundamentação de facto

O tribunal recorrido deu como provados os seguintes factos, que não se mostram impugnados, e relevam à apreciação do recurso:

(...)

5 - A ré assumiu a responsabilidade pelo acidente.

6 - Após a vistoria aos prejuízos sofridos, ao abrigo do protocolo IDS, a seguradora da autora (C...) considerou desaconselhável proceder-se à reparação do LF, orçamentada em 8.716,01 euros, fixando o valor venal do veículo em 6.550,00 euros e o valor do salvado em 666,00 euros e propondo o pagamento da uma indemnização global no montante de 5.884,00 euros.

7 - A autora aceitou a indemnização por perda total do veículo, cujo pagamento foi realizado no dia 08/08/2022.

8 - O veículo LF ficou paralisado desde o dia 13/1/2022.

9 - O LF estava afeto ao serviço de táxi em dois turnos - diurno e noturno.

10 - A autora é associada da Federação Portuguesa do Táxi.

11 - O valor diário de imobilização para uma viatura com serviço de táxi, em dois turnos com a tipologia do LF, de acordo com as regras estabelecidas no acordo celebrado entre a FPT (Federação Portuguesa de Táxi) e a APS (Associação Portuguesa de Seguradoras) foi fixada, no período compreendido entre 1/3/2021 e 28/2/2022, em 96,28 euros/dia, de 1/3/2022 a 25/5/2022, em 97,40 euros/dia e de 25/5/2022 a 2/2023 em 100,10 euros/dia.

14 - A regularização deste sinistro foi enquadrada no âmbito do sistema de Indemnização Direta ao Segurado (IDS) e, pese embora, a ré tenha assumido a responsabilidade pelo sinistro as diligências foram, realizadas pela "C..., S.A".

16 - No dia 17.1.2022, a ré assumiu a responsabilidade pela ocorrência do sinistro, informando o seu segurado que os danos seriam regularizados através da convenção IDS, sendo que o LF tinha o seguro de responsabilidade civil automóvel, válido à data do sinistro, contraído junto da referida "C...".

18 - Ativada a convenção IDS, a “C...” relacionou-se diretamente com a autora, vindo, depois, a exigir o reembolso à ré.

19 - Deste modo, a responsabilidade pela peritagem e avaliação dos danos sofridos pelo veículo da autora foi da “C...”.

21 - Concluída a peritagem, a “C...” informou a autora do resultado da mesma, no dia 9.2.2022, ou seja, que o LF se encontrava em situação de perda total, tendo sido o seu valor patrimonial ou de substituição, imediatamente antes do sinistro, fixado em 6.392,00 euros, e o salvado em 666,00 euros, equivalendo a uma indemnização de 5.726,00 euros, ficando a autora com o salvado.

22 - A autora não concordou com a indemnização oferecida pela “C...”, pedindo uma indemnização total de 7.750,00 €, com o salvado incluído, através de missiva enviada no dia 17/2/2022.

23 - No dia 16/3/2022, a “C...” melhorou a sua proposta, com o objetivo de desbloquear uma solução extrajudicial, oferecendo 5.884,00€, ficando a autora com o salvado.

24 - A proposta foi aceite pela autora e no dia 6/5/2022 a “C...” enviou o recibo de indemnização, para ser assinado e carimbado pela autora, que o devolveu carimbado no dia 9/5/2022.

25 - No dia 4/8/2022, a autora informou a “C...” que ainda não havia recebido qualquer valor.

26 - O Acordo de Paralisação celebrado entre a Federação Portuguesa do Táxi e a Associação Portuguesa de Seguradores, no seu art. 3.º, n.º 9 estabelece que “Em caso de perda total do veículo, o período de paralisação será contado desde a data do acidente ou da data da receção da comunicação do acidente na empresa de seguros conforme previsto no ponto 2, até à data da efetiva regularização da substituição do veículo afeto à licença de aluguer, não podendo, no entanto, exceder 60 dias, contados a partir da data da definição de responsabilidade pela empresa de seguros e desde que não se verifique negligência por parte do lesado.”

27 - A “C...” ofereceu à autora pela privação do uso e adaptação do veículo, no dia 27/10/2022 a quantia global de 6.774,68 euros.

III.II - Fundamentação de Direito

O tribunal recorrido sentenciou a ação com a fundamentação que - pertinente à apreciação do recurso - sumariamente transcrevemos e sublinhamos: “Peticonante a autora (...) Indemnização pela privação do uso do LF desde a data do acidente - 13/1/2022 - até à data em que foi recebida a indemnização - 8/8/2022. (...) A jurisprudência divide-se no tocante aos pressupostos da obrigação de indemnizar pela privação do uso do veículo. (...) No caso de perda total escreveu-se no acórdão da Relação de Coimbra, de 8/3/2022 que “(...) a privação do uso subsiste até ao momento em que ao lesado seja satisfeita a indemnização correspondente, pois só neste momento é que o lesado ficará habilitado a adquirir um veículo que o substitua”. (...) no caso concreto, considerando ser a autora associada da Federação Portuguesa de Táxis e o acordo estabelecido entre esta e a Associação Portuguesa de Seguradoras, não há que recorrer às regras da equidade, mas aplicar os valores previstos no acordo em questão e pelo prazo máximo nele previsto (60 dias), não cuidando de discutir sobre a inércia da autora no acompanhamento do processo junto da sua seguradora e a responsabilidade da ré no atraso na liquidação da indemnização (o qual, como se viu não lhe era, de todo em todo, imputável). Assim, o montante global devido à autora pela privação do uso ascende a 5.792,45 euros (13/1/2022 a 28/2/2022►46 diasx96,28€/dia = 4.428,88 euros; 1/3/2022 a 14/3/2022►14 dias x 97,40€/dia = 1.363,60 euros). Sobre as quantias devidas pela ré incidem juros de mora, contados desde a data da sua citação (...)”.

Apreciemos.

Começamos por dizer que a apelante tem razão, quando refere a irrelevância do Protocolo de Indemnização Direta ao Segurado (Protocolo IDS) na esfera jurídica do lesado, continuando a seguradora responsável pelo sinistro adstrita à obrigação indemnizatória. Isso mesmo se sustenta em recente acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, o qual, aliás, teve essencialmente por objeto a questão da privação do uso [acórdão de 10.12.24, Processo n.º 1821/21.6T8VNG.P1.S1, Relator, Conselheiro António Barateiro Martins, *dgsi*]: “I - O Protocolo de Indemnização Direta ao Segurado (Protocolo IDS) é uma mera convenção ou acordo subscrito entre seguradoras que “tem como finalidade acelerar a regularização de sinistros automóveis e simplificar os reembolsos entre as signatárias” (cfr. art. 2.º de tal Protocolo), ou seja, é um documento que tão só vincula as seguradoras que o subscreveram, não produzindo quaisquer efeitos sobre a esfera jurídica de terceiros/lesados. II - O Protocolo IDS significa que a seguradora responsável (que cobre a responsabilidade civil do seu segurado, culpado no sinistro) autoriza a

seguradora do lesado a indemnizá-lo, o que esta faz por conta da seguradora responsável, ou seja, embora acionado o Protocolo IDS (isto é, participado o acidente pelo lesado à sua seguradora), continua a seguradora responsável a manter-se vinculada ao dever de regularizar o sinistro dentro dos prazos legais”.

Sem embargo, da leitura da sentença não podemos concluir que a questão do Protocolo IDS haja sido obstáculo à pretensão indemnizatória da apelante, ou sequer (o) obstáculo ao deferimento da pretensão quantificada pela apelante, a título de privação do uso do veículo.

Dizemos, ainda, que a apelante também tem razão ao sustentar que o entendimento mais alargado, na doutrina^[1] e, especificamente, na jurisprudência vai no sentido de “admitir que a perturbação do gozo normal de um bem é configurável como um prejuízo patrimonial autónomo, independentemente da demonstração de um específico dano emergente ou lucro cessante” [Daniel Bessa de Melo, *Indemnização do Dano da Privação do Uso*, Almedina, 2025, pág. 25].

Sem embargo, da leitura da sentença não podemos concluir que foi diverso o entendimento do tribunal recorrido, uma vez que deferiu a pretensão da recorrente – sem que esta tenha alegado (e, por isso, demonstrado) um específico e concreto valor do dano, ainda que a tenha deferido em quantidade (valor) inferior ao pretendido.

Assim, a questão que o tribunal recorrido colocou e que, agora em sede de recurso, se recoloca é a da quantificação do dano da privação do uso, não da sua existência.

Quando está em causa – como aqui sucede – a perda (privação) do uso de um bem capaz de rentabilização económica ou, mais concretamente, de um bem destinado a uma atividade empresarial, a ressarcibilidade do dano haveria de calcular-se “segundo a teoria da diferença (art. 566, n.º 2)” [Maria da Graça Trigo, *Responsabilidade Civil – Temas Especiais*, Universidade Católica Editora, 2015, pág. 63].

Efetivamente, sem se questionar que a indisponibilidade da coisa usada (ou usável) é fonte indemnizatória do lucro cessante, “tratando-se de um taxista impedido de exercer a sua profissão durante a reparação da viatura, terá direito a uma indemnização pelas viagens que deixou de realizar, descontadas as despesas com as quais ordinariamente arcava, nomeadamente gastos em combustíveis e portagens”^[2].

No caso presente a autora veio invocar expressamente um “acordo de paralisação”, celebrado entre a Federação Portuguesa de Táxi e a Associação Portuguesa de Seguradoras.

É certo que tais acordos “não são diretamente transponíveis para o plano da convicção judicial” e, por outro lado, “os valores acordados foram contemplados para períodos de paralisação curtos, geralmente situados entre a participação do sinistro e o reconhecimento da perda total ou a conclusão das reparações, devendo excluir-se a sua aplicabilidade a paralisações que perdurem por vários meses”^[3]. Neste sentido, o acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 5.03.24 [Processo n.º 786/21.0T8VIS.C2, Relatora, Desembargadora Maria João Areias, *dgsi*].

Mas sendo juridicamente correto o que acaba de ser dito ou, dito de outra forma, não estando o tribunal vinculado aos valores protocolados e não sendo também forçoso que o lesado tenha de demonstrar os lucros cessantes, importa, no entanto, ver com especial atenção a fundamentação da pretensão formulada pela recorrente.

Importa, pois, repetir os fundamentos da pretensão da recorrente, constantes da petição: “O veículo estava afeto ao serviço de táxi em dois turnos (diurno e noturno). A autora é associada da Federação Portuguesa do Táxi - Cfr. doc. 2. O valor diário de imobilização para uma viatura com serviço de táxi, em dois turnos, com a tipologia da sinistrada, **de acordo com as regras estabelecidas** no acordo celebrado entre a FPT (Federação Portuguesa de Táxi) e a APS (Associação Portuguesa de Seguradoras) foi fixada, no período compreendido entre 01 de março de 2021 e 28 de fevereiro de 2022, em 96,28 €/dia, de 1 de março de 2022 a 25 de maio de 2022, em 97,40€/dia e de 25 de maio de 2022 a fevereiro de 2023 em 100,10€/dia - doc. 3 e 4. **Reclama, assim, título da privação do uso, tendo por referência esse acordo (seguido pelos tribunais** na fixação da indemnização) a quantia global de 20.115,28€, assim discriminados: - 13/01/22 a 28/02/22 (46 dias) - valor/dia 96,28€ - 4.428,88€ - 01/03/22 a 25/05/22 (85 dias) - valor/dia 97,40€ - 8.279,00€ - 26/05/22 a 08/08/22 (74 dias) - valor/dia 100,10€ - 7.407,40€. **Valor esse** que, in casu, deverá **tomar-se em consideração em sede de fixação da indemnização pela simples privação do dano**^[4]. Deverá, assim, fixar-se a atribuição de uma indemnização respeitante ao período contabilizado pela privação do uso (205 dias), que se cifra em 20.115,28€”.

Parece-nos evidente que a recorrente, omitindo qualquer prejuízo concretamente verificado, fundou a sua pretensão no (concreto) Protocolo que (expressamente) invocou. Refere: “Reclama... tendo por referência esse acordo”, tal como acabámos de citar. Ora, não pode ter-se por referência um acordo, expressamente invocado, sem se considerar o tempo de paralisação nele previsto/limitado.

Daí que o tribunal recorrido tenha referido não se justificar o recurso à equidade, observando, como observou, a concreta pretensão formulada e o apoio em que a mesma se sustentava. Aliás, não cabe *ensaiar* o resultado de um eventual recurso à equidade, pois tal extravasaria o objeto do recurso, quando a apelante pretende - nesta sede, como pretendeu em primeira instância -, a aplicação do *Protocolo*.

Em suma, o tribunal aplicou o acordo (Protocolo) a pedido da recorrente. E não podia cindi-lo, numa aplicação parcial e (apenas) favorável à recorrente, sem o considerar globalmente.

Por ser assim, o recurso revela-se improcedente.

As custas do recurso, atento o decaimento, são devidas pela apelante - artigo 527 do CPC.

IV - Dispositivo

Pelo exposto, acorda-se na 3.^a Secção Cível (5.^a Secção) do Tribunal da Relação do Porto em julgar improcedente o recurso e, conseqüentemente, confirma-se a decisão recorrida.

Custas pela apelante.

Porto, 10.03.2025

José Eusébio Almeida

Teresa Sena Fonseca

José Nuno Duarte

[1] Como refere Luís Manuel Teles de Menezes Leitão (*Direito das Obrigações, Volume I, 13.^a Edição, Almedina, 2016, pág. 301*), “Efetivamente, o simples uso constitui uma vantagem suscetível [de]

avaliação pecuniária, pelo que a sua privação constitui naturalmente um dano”. Paulo Mota Pinto (Interesse Contratual Negativo e Interesse Contratual Positivo, Volume I, Coimbra Editora, 2008, pág. 586), no entanto, não deixa de dizer: “É, porém, duvidoso que a perturbação da *possibilidade abstrata* de uso resultante da propriedade da coisa, do “*jus utendi et fruendi*” integrando o *licere* do proprietário (justamente porque integrante apenas de um *licere*), constitua logo, para além de um ato violador do direito (ilícito), um dano (uma lesão de um bem) que exija imediatamente uma proteção indemnizatória, independentemente das *circunstâncias concretas*”.

[2] Daniel Bessa de Melo, *Ob. cit.*, págs. 179/180. E conclui (pág. 180): “(...) a indemnização identificar-se-á com o lucro bruto que o lesado deixou de auferir”.

[3] Daniel Bessa de Melo, *Ob. cit.*, pág. 184.

[4] Negritos nossos.